REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

DEFESA AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SELETIVIDADE ESTATAL NO BAIXO TOCANTINS

AGRICULTURAL AND LIVESTOCK DEFENSE, FAMILY FARMING, AND STATE SELECTIVITY IN THE LOWER TOCANTINS

DEFENSA AGROPECUARIA, AGRICULTURA FAMILIAR Y SELECTIVIDAD ESTATAL EN EL BAJO TOCANTINS

Paulo Jorge Valente Almeida[1]
Antônio Flávio da Costa Albuquerque[2]
Roseli Moraes Cardoso Albuquerque[3]
Maria José Lena Corrêa Tavares[4]

Resumo

O artigo analisa as relações entre defesa agropecuária, agricultura familiar e seletividade estatal no município de Mocajuba, situado no Baixo Tocantins, Pará. A discussão fundamenta-se na Abordagem Estratégico-Relacional de Bob Jessop e no debate sobre capacidades estatais, considerando as relações entre estruturas regulatórias, condições socioprodutivas e mecanismos institucionais de regularização. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa qualitativa, de caráter analítico-interpretativo, baseada em análise documental. O corpus reúne 24 fontes institucionais e acadêmicas, examinadas por meio de leitura temática e categorial. Os resultados indicam tensões entre exigências sanitárias formais e condições materiais de adequação das Unidades de Produção Familiar, além de desafios relacionados à regularização dos empreendimentos, à articulação institucional e ao acesso aos mercados públicos. As discrepâncias identificadas entre registros administrativos e informações territoriais são tratadas com cautela, uma vez que as fontes utilizam unidades de registro e escalas distintas. No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os documentos examinados permitem identificar condições previstas de aquisição, mas não comprovam, isoladamente, a efetivação das compras ou a participação dos produtores locais. Conclui-se que as evidências documentais permitem interpretar possíveis configurações de seletividade institucional, cuja confirmação demanda investigações complementares sobre a execução das políticas e as experiências dos agricultores familiares.
Palavras-chave: Seletividade estatal; Defesa agropecuária; Agricultura familiar; Regulação sanitária; Mercados institucionais.

Abstract

This article examines the relationships among agricultural and livestock defense, family farming, and state selectivity in the municipality of Mocajuba, in the Lower Tocantins region of Pará, Brazil. The discussion draws on Bob Jessop's Strategic-Relational Approach and the debate on state capacities, focusing on the relationships between regulatory structures, the socio-productive conditions of family

[1] Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. ADEPARÁ. E-mail: pjvalmeida7@gmail.com
[2] Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. SEDUC/PA. E-mail: aflavioca@yahoo.com.br
[3] Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPA. IFPA Campus Tucuruí. E-mail: roseli.albuquerque@ifpa.edu.br
[4] Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. ADEPARÁ. E-mail: lctava@hotmail.com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

farming, and institutional implementation mechanisms. Methodologically, the study adopts a qualitative, analytical-interpretive approach based on documentary analysis. The corpus comprises 24 institutional and academic sources, examined through thematic and categorical analysis. The findings indicate tensions between formal sanitary requirements and the material conditions faced by Family Production Units in meeting those requirements, as well as challenges concerning the regularization of small-scale enterprises, institutional coordination, and access to public procurement markets. Discrepancies between administrative records and territorial information are interpreted cautiously because the sources employ different units of measurement and territorial scales. Regarding the National School Feeding Program (PNAE), the documents examined identify planned procurement arrangements but do not, by themselves, demonstrate that purchases were completed or that local farmers effectively participated. The study concludes that the documentary evidence supports an interpretation of potentially selective institutional arrangements. Further research on policy implementation and family farmers' experiences is necessary to establish how these arrangements operate in practice.
Keywords: State selectivity; Agricultural and livestock defense; Family farming; Sanitary regulation; Institutional markets.

Resumen

El artículo analiza las relaciones entre defensa agropecuaria, agricultura familiar y selectividad estatal en el municipio de Mocajuba, situado en la región del Bajo Tocantins, Pará, Brasil. La discusión se fundamenta en el Enfoque Estratégico-Relacional de Bob Jessop y en el debate sobre las capacidades estatales, considerando las relaciones entre las estructuras regulatorias, las condiciones socioproductivas y los mecanismos institucionales de implementación. Metodológicamente, se desarrolla una investigación cualitativa, de carácter analítico-interpretativo, basada en el análisis documental. El corpus reúne 24 fuentes institucionales y académicas, examinadas mediante lectura temática y categorial. Los resultados indican tensiones entre las exigencias sanitarias formales y las condiciones materiales de adecuación de las Unidades de Producción Familiar, además de desafíos relacionados con la regularización de los emprendimientos, la articulación institucional y el acceso a los mercados públicos. Las discrepancias identificadas entre registros administrativos e información territorial se interpretan con cautela, ya que las fuentes utilizan unidades de registro y escalas territoriales diferentes. En cuanto al Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), los documentos examinados permiten identificar condiciones previstas de adquisición, pero no demuestran, por sí solos, la realización efectiva de las compras ni la participación de los productores locales. Se concluye que las evidencias documentales permiten interpretar posibles configuraciones de selectividad institucional, cuya confirmación requiere investigaciones complementarias sobre la ejecución de las políticas y las experiencias de los agricultores familiares.
Palabras clave: Selectividad estatal; Defensa agropecuaria; Agricultura familiar; Regulación sanitaria; Mercados institucionales.

1. Introdução

No município de Mocajuba, situado na região de integração do Baixo Tocantins, estado do Pará, a agricultura familiar desempenha papel relevante na organização socioeconômica do território, na produção de alimentos e na reprodução dos modos de vida das populações rurais e ribeirinhas. Sua dinâmica produtiva articula atividades agrícolas, agroextrativistas e pesqueiras, condicionadas pelas

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

características ambientais, territoriais e socioculturais da Amazônia Tocantina (Costa, 2012; Piraux; Cuenin, 2019).

A diversidade socioprodutiva do município compreende sistemas de produção desenvolvidos em áreas de várzea, ilhas e terra firme, envolvendo atividades como o manejo do açaí, a pesca artesanal, a produção de farinha de mandioca e o cultivo de espécies agrícolas. Essas práticas integram estratégias de reprodução econômica e social das unidades familiares, cuja organização não se restringe à lógica empresarial convencional, mas incorpora relações comunitárias, conhecimentos tradicionais e formas específicas de utilização dos recursos territoriais (Costa, 2012; Piraux; Cuenin, 2019).

Nesse contexto, associações e cooperativas constituem importantes mecanismos de organização coletiva, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, a inserção dos produtores nos mercados formais depende de condições que ultrapassam a capacidade produtiva, envolvendo infraestrutura, regularização sanitária, assistência técnica e acesso aos instrumentos de comercialização. Tais dimensões tornam a atuação estatal particularmente relevante para a promoção do desenvolvimento rural e da inclusão socioprodutiva.

A comercialização de produtos agroalimentares da agricultura familiar está submetida a diferentes exigências regulatórias, especialmente aquelas relacionadas à inspeção, ao controle sanitário e à inocuidade dos alimentos. Embora essas medidas sejam fundamentais para a proteção da saúde pública, sua efetivação em territórios caracterizados por pequenas unidades produtivas, processamento artesanal e limitações de infraestrutura exige considerar as condições concretas de adequação dos produtores (Canela; Ferreira; Carvalho, 2022).

A defesa agropecuária, nesse sentido, não deve ser compreendida exclusivamente como atividade fiscalizatória ou punitiva. Seu campo de atuação envolve prevenção de riscos, educação sanitária, orientação técnica e controle de doenças e pragas, articulando a proteção da saúde pública às condições de produção e circulação de alimentos. A efetividade dessas ações depende, portanto, tanto da existência de normas quanto da capacidade institucional de implementá-las de maneira territorialmente adequada.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

No estado do Pará, a regulamentação sanitária estabelece requisitos para o funcionamento de estabelecimentos e para a comercialização de produtos agropecuários. Entretanto, a aplicação desses instrumentos em territórios amazônicos pode apresentar desafios relacionados à dispersão geográfica, às condições de deslocamento, à infraestrutura produtiva e às características dos empreendimentos familiares. A análise dessas dificuldades exige distinguir as exigências formalmente estabelecidas das condições efetivas de efetivação e cumprimento.

A questão central não reside, portanto, na necessidade de relativizar a proteção sanitária, mas em compreender como as exigências regulatórias se articulam às condições socioprodutivas dos agricultores familiares. A ausência de mecanismos suficientes de orientação, assistência técnica e apoio institucional podem dificultar os processos de adequação, criando obstáculos à regularização e à participação dos produtores nos circuitos formais de comercialização.

Essa problemática assume relevância particular diante da expansão dos mercados institucionais, especialmente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei nº 11.947/2009 estabeleceu mecanismos de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, posteriormente alterada pela Lei nº 15.226/2025. Contudo, a existência de instrumentos legais de incentivo às compras públicas não assegura, por si só, a participação efetiva dos agricultores, uma vez que essa inserção também depende de condições produtivas, organizacionais, logísticas e sanitárias (Brasil, 2009, 2025).

A relação entre regulação sanitária e inclusão produtiva permite problematizar a atuação do Estado para além da existência de políticas e normas. A execução territorializada das ações públicas envolve escolhas institucionais, distribuição de recursos, articulação entre órgãos e definição de instrumentos operacionais. Assim, diferentes segmentos produtivos podem encontrar condições desiguais de acesso aos mecanismos de regularização e comercialização, mesmo quando submetidos formalmente a um mesmo conjunto de exigências.

Para compreender essa questão, o estudo mobiliza a Abordagem Estratégico-Relacional (AER), formulada por Bob Jessop, particularmente o conceito de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

seletividade estatal. Essa perspectiva permite analisar o Estado como uma estrutura institucional atravessada por relações sociais e por condições que favorecem determinadas estratégias e atores, sem pressupor sua neutralidade absoluta. A seletividade estatal constitui, assim, uma categoria analítica para investigar como estruturas, regras e mecanismos institucionais podem produzir efeitos diferenciados sobre os grupos sociais (Jessop, 2008, 2016).

A análise também incorpora o debate sobre capacidades estatais, considerando que a efetivação das políticas públicas depende da mobilização de recursos administrativos, técnicos, financeiros e político-relacionais. Pires e Gomide (2016, 2024) destacam a relevância dos arranjos de efetuação e da articulação entre atores e instrumentos para compreender como as capacidades públicas são ativadas na execução das políticas.

Dessa forma, a seletividade estatal não é interpretada como evidência de discriminação intencional ou de atuação deliberadamente excludente dos agentes públicos. Seu exame pressupõe identificar possíveis assimetrias institucionais entre as exigências regulatórias, os recursos disponíveis e as condições de execução. Essa abordagem permite investigar se determinados arranjos de regulação e execução favorecem segmentos produtivos mais estruturados, enquanto impõem maiores dificuldades aos empreendimentos familiares.

A contribuição analítica do estudo consiste em examinar não apenas a existência de desigualdades materiais entre os segmentos produtivos, mas as condições institucionais pelas quais regras, procedimentos administrativos e mecanismos de regularização podem favorecer ou restringir determinadas possibilidades de adequação sanitária e participação nos mercados formais.

Nesse sentido, a seletividade estatal acrescenta à análise das capacidades públicas uma dimensão relacional, permitindo investigar como os desenhos institucionais e as condições de efetivação distribuem diferencialmente oportunidades e restrições entre atores com capacidades socioprodutivas distintas.

Como a pesquisa se fundamenta em fontes documentais, essa contribuição é desenvolvida no plano interpretativo, sem pressupor a comprovação de estratégias deliberadas de exclusão ou de efeitos causais sobre os produtores.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Considerando essas questões, a pesquisa toma o município de Mocajuba como unidade central de análise empírica, utilizando informações relativas ao Baixo Tocantins e ao estado do Pará para contextualização territorial, socioeconômica e normativa. Essa delimitação é importante para evitar que evidências regionais sejam automaticamente atribuídas à realidade municipal, preservando a consistência entre o alcance das fontes documentais e as interpretações desenvolvidas.

Essa delimitação implica distinguir três níveis de evidência: informações diretamente relacionadas ao município de Mocajuba, dados referentes ao contexto regional do Baixo Tocantins e referências normativas ou institucionais de abrangência estadual e nacional. A utilização desses diferentes níveis não pressupõe equivalência territorial entre as fontes, mas permite contextualizar o caso municipal sem transferir automaticamente para Mocajuba resultados produzidos em outros municípios.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Como as características socioprodutivas da agricultura familiar em Mocajuba, no Baixo Tocantins, se relacionam com os mecanismos de regulação sanitária e com as capacidades institucionais de concretização da defesa agropecuária, e em que medida essa interação permite identificar possíveis manifestações de seletividade estatal?

O objetivo geral consiste em analisar a relação entre defesa agropecuária, agricultura familiar e seletividade estatal no Baixo Tocantins, com ênfase no município de Mocajuba. Especificamente, busca-se discutir os fundamentos conceituais da seletividade estatal e das capacidades públicas; examinar a relação entre exigências sanitárias e condições socioprodutivas da agricultura familiar; analisar os arranjos institucionais de efetuação, considerando os documentos relativos à ADEPARÁ, à assistência técnica e à gestão pública municipal; e identificar desafios e possibilidades de articulação entre proteção sanitária, inclusão socioprodutiva e acesso aos mercados institucionais.

A relevância do estudo reside na possibilidade de contribuir para o debate sobre a aplicação territorializada das políticas públicas de defesa agropecuária, considerando as particularidades da agricultura familiar amazônica. Ao relacionar

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

regulação sanitária, capacidades estatais e seletividade institucional, a pesquisa busca ampliar a compreensão dos fatores que condicionam a efetivação das políticas públicas, sem desconsiderar a importância da proteção sanitária e da segurança dos alimentos.

2. Revisão da Literatura

2.1 Abordagem Estratégico-Relacional e seletividade estatal

A análise da atuação estatal na defesa agropecuária exige superar interpretações que concebem o Estado como uma estrutura inteiramente neutra, homogênea ou exclusivamente coercitiva. Na Abordagem Estratégico-Relacional, Bob Jessop compreende o Estado a partir de suas relações com a sociedade, considerando que suas estruturas institucionais são historicamente constituídas e condicionam as possibilidades de ação dos diferentes atores sociais (Jessop, 2008, 2016).

Nessa perspectiva, as instituições estatais não constituem espaços indiferentes às relações de poder. Suas estruturas, regras e procedimentos podem favorecer determinadas estratégias de atuação, ao mesmo tempo em que restringem outras. A seletividade estatal refere-se, precisamente, às condições institucionais que tornam algumas possibilidades de ação mais viáveis do que outras, sem pressupor que tais efeitos sejam necessariamente intencionais (Jessop, 2008, 2016).

O conceito apresenta relevância para a análise das políticas de defesa agropecuária, uma vez que a regulação sanitária estabelece padrões técnicos, administrativos e operacionais que condicionam a regularização dos estabelecimentos e a comercialização de produtos. A aplicação desses requisitos em contextos socioprodutivos heterogêneos pode produzir efeitos diferenciados, sobretudo quando os produtores apresentam capacidades distintas de investimento, organização e acesso à assistência técnica.

É necessário, contudo, distinguir a existência de exigências sanitárias da manifestação de seletividade estatal. A presença de normas rigorosas, isoladamente, não comprova a existência de um viés institucional. Para sustentar essa interpretação, torna-se necessário examinar como as regras são

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

operacionalizadas, quais recursos acompanham sua execução e quais efeitos documentais podem ser identificados sobre os diferentes segmentos produtivos.

A seletividade estatal pode ser investigada, portanto, a partir da relação entre estruturas regulatórias, condições socioprodutivas e mecanismos institucionais de consumação. Essa abordagem permite deslocar a análise da simples constatação de desigualdades materiais para o exame das condições institucionais que podem contribuir para sua reprodução ou intensificação.

No caso da agricultura familiar de Mocajuba, a categoria analítica possibilita investigar se os mecanismos de regularização sanitária e de acesso aos mercados institucionais apresentam condições de efetuação compatíveis com as características das unidades produtivas locais. A interpretação deve permanecer vinculada às evidências documentais, evitando atribuir aos instrumentos regulatórios efeitos que não tenham sido demonstrados pela pesquisa.

A seletividade estatal, assim, constitui um instrumento teórico para compreender a distribuição desigual de oportunidades institucionais. Sua utilização neste estudo não implica afirmar que a defesa agropecuária seja necessariamente excludente, mas examinar em que condições a aplicação das normas e a organização dos mecanismos públicos podem gerar restrições diferenciadas à agricultura familiar.

Para os fins desta pesquisa, é importante distinguir a seletividade estrutural da dimensão estratégica da seletividade estatal. A primeira refere-se às características das estruturas normativas e institucionais que condicionam, de maneira desigual, as possibilidades de ação dos diferentes atores. A segunda diz respeito às oportunidades e restrições que emergem das interações entre atores, estratégias e arranjos institucionais.

No caso analisado, os documentos permitem examinar principalmente as condições estruturais de acesso à regularização sanitária, ao cadastramento e aos mercados institucionais. Já a dimensão estratégica é abordada de maneira mais delimitada, como possibilidade interpretativa das relações entre os instrumentos públicos e os segmentos produtivos, uma vez que o corpus não contém registros

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

suficientes para reconstruir integralmente as estratégias e negociações dos atores envolvidos.

2.2 Capacidades estatais e arranjos de implementação

O debate sobre capacidades estatais complementa a análise da seletividade estatal ao permitir compreender as condições necessárias para que as instituições públicas transformem normas, decisões e programas em ações concretas. As capacidades estatais não se restringem à existência formal de competências administrativas, abrangendo os recursos, instrumentos e habilidades mobilizados na execução das políticas públicas (Pires; Gomide, 2016, 2024).

Pires e Gomide (2016) distinguem duas dimensões relevantes das capacidades estatais: a técnico-administrativa e a político-relacional. A primeira envolve competências burocráticas, recursos humanos, instrumentos de planejamento e condições operacionais para a execução das políticas. A segunda diz respeito às possibilidades de articulação, coordenação e interação entre instituições públicas e atores sociais.

Essas dimensões são complementares. A disponibilidade de recursos técnicos e administrativos não garante, isoladamente, a efetividade das políticas, assim como a existência de canais de diálogo não substitui a necessidade de infraestrutura, pessoal qualificado e instrumentos operacionais. A regulamentação depende da articulação entre essas condições e das características institucionais de cada política (Pires; Gomide, 2016).

Os arranjos de aplicação constituem uma dimensão importante desse processo, pois organizam a participação dos atores, a distribuição de responsabilidades e a utilização dos instrumentos necessários à execução das ações públicas. Pires e Gomide (2024) aprofundam essa discussão ao enfatizar que as capacidades estatais precisam ser mobilizadas e ativadas por meio de arranjos institucionais concretos.

Na defesa agropecuária, a análise dos arranjos de aplicação envolve considerar a articulação entre os órgãos responsáveis pela fiscalização e inspeção sanitária, as instituições de assistência técnica e extensão rural e os mecanismos de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

planejamento e financiamento das ações públicas. A integração desses componentes pode contribuir para aproximar a regulação sanitária das condições concretas de produção e comercialização.

No contexto amazônico, essa articulação apresenta relevância diante das características territoriais e socioprodutivas da agricultura familiar. A dispersão das unidades produtivas, as dificuldades de deslocamento e as limitações de infraestrutura podem demandar instrumentos de implementação específicos. Entretanto, a identificação de tais necessidades não permite concluir, automaticamente, pela inexistência de capacidades estatais, sendo necessário examinar os registros institucionais disponíveis.

A análise das capacidades estatais neste estudo considera, portanto, os elementos documentais relacionados à estrutura administrativa, à assistência técnica, aos recursos orçamentários e aos mecanismos de coordenação institucional. Esses componentes permitem examinar as condições de aplicação da defesa agropecuária, sem confundir a ausência de determinada informação documental com a inexistência efetiva de recursos ou ações públicas.

A articulação entre seletividade estatal e capacidades públicas possibilita uma compreensão mais abrangente do problema investigado. Enquanto a primeira categoria permite analisar os possíveis efeitos diferenciados das estruturas institucionais, a segunda contribui para examinar as condições de concretização das políticas. A relação entre ambas constitui o eixo interpretativo para a análise da defesa agropecuária e da agricultura familiar em Mocajuba.

Essa distinção orienta a interpretação dos resultados: limitações de capacidade institucional somente são consideradas identificáveis quando existem registros que permitam caracterizá-las, enquanto lacunas documentais são tratadas como insuficiência de informação para avaliar determinada dimensão da realização. Desse modo, a análise não confunde ausência de evidência documental com evidência de ausência de atuação estatal.

2.3 Políticas públicas para a agricultura familiar, regulação sanitária e mercados institucionais

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

A agricultura familiar brasileira constitui um segmento heterogêneo, caracterizado por diferentes formas de organização produtiva, relações de trabalho, estratégias de comercialização e vínculos territoriais. Sua relação com as políticas públicas envolve tanto instrumentos de fortalecimento da produção quanto mecanismos de proteção social, comercialização e acesso a mercados.

Grisa e Schneider (2014) contribuem para compreender a trajetória das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil, destacando a transformação dos referenciais de intervenção estatal. Essa trajetória permite situar a ampliação das políticas voltadas ao fortalecimento produtivo, à redução da pobreza rural e à construção de mercados para os produtos da agricultura familiar.

A incorporação da agricultura familiar às políticas de comercialização representa uma dimensão importante desse processo. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constituem instrumentos de aproximação entre a produção familiar e as demandas de aquisição de alimentos pelo poder público, contribuindo para a discussão sobre inclusão produtiva e mercados institucionais (Grisa; Schneider, 2014; Brasil, 2009).

No âmbito do PNAE, a aquisição de produtos da agricultura familiar está vinculada a mecanismos legais que estabelecem parâmetros para a participação dos produtores. A Lei nº 11.947/2009 e suas alterações constituem referências normativas para compreender a relação entre alimentação escolar, compras públicas e agricultura familiar. A análise de sua efetivação, entretanto, requer distinguir a previsão legal dos procedimentos concretos de aquisição e execução das compras (Brasil, 2009, 2025).

A participação dos agricultores familiares nesses mercados depende de diferentes condições, entre as quais se encontram a organização produtiva, a capacidade de fornecimento, a regularidade da produção, a logística de distribuição e o atendimento às exigências sanitárias. Dessa forma, o acesso aos mercados institucionais não pode ser explicado exclusivamente pela existência de mecanismos legais de incentivo.

A regulação sanitária desempenha papel central nesse processo, uma vez que estabelece condições para a produção, o processamento e a comercialização

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

de alimentos. A proteção sanitária constitui requisito fundamental para a segurança dos consumidores e para a qualidade dos produtos agroalimentares. Entretanto, sua aplicação deve ser examinada considerando a diversidade de escalas produtivas, os recursos disponíveis e as condições de adequação dos empreendimentos familiares (Canela; Ferreira; Carvalho, 2022).

A relação entre exigências sanitárias e agricultura familiar pode apresentar tensões quando os procedimentos de regularização demandam investimentos, infraestrutura e recursos técnicos que não estão igualmente disponíveis entre os produtores. Essas tensões não significam que a regulação sanitária seja dispensável, mas indicam a necessidade de compreender como os mecanismos de orientação, fiscalização e adequação são organizadas e efetivadas.

No contexto amazônico, as particularidades territoriais e socioprodutivas tornam essa discussão ainda mais relevante. Os sistemas familiares de produção articulam atividades agrícolas, agroextrativistas e comunitárias, cujas características podem demandar estratégias de ação compatíveis com a diversidade local. A análise deve, entretanto, evitar a generalização de características regionais para todas as unidades produtivas, reconhecendo a heterogeneidade dos territórios e dos empreendimentos.

A articulação entre defesa agropecuária, assistência técnica e mercados institucionais constitui, assim, uma dimensão relevante da execução das políticas públicas para a agricultura familiar. A assistência técnica pode contribuir para os processos de orientação e adequação, enquanto os instrumentos de comercialização podem ampliar as oportunidades de inserção econômica. A efetividade dessa articulação depende das capacidades institucionais e dos arranjos de realização mobilizados em cada território.

No caso de Mocajuba, essa perspectiva permite analisar as condições documentadas de regularização sanitária, assistência técnica e acesso ao PNAE, considerando as características socioprodutivas da agricultura familiar. O exame dessas dimensões contribui para identificar possíveis obstáculos institucionais e compreender como a atuação estatal se relaciona com as oportunidades de inclusão produtiva no município.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Em síntese, a fundamentação teórica articula três eixos complementares: a seletividade estatal, que permite examinar os possíveis efeitos diferenciados das estruturas institucionais; as capacidades estatais, que possibilitam compreender os recursos e as condições de aplicação; e as políticas públicas para a agricultura familiar, que situam a regulação sanitária e os mercados institucionais no contexto do desenvolvimento rural. Essa articulação orienta a análise documental e a interpretação dos resultados, preservando a distinção entre evidências empíricas e inferências teóricas.

A articulação desses referenciais permite compreender que a existência de instrumentos legais de inclusão produtiva não assegura automaticamente sua efetivação territorial. Entre a previsão normativa e o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais existem etapas administrativas, organizacionais, logísticas e sanitárias cuja concretização depende das capacidades públicas e das condições concretas dos empreendimentos. É nessa relação entre estrutura institucional, recursos de efetuação e possibilidades diferenciadas de participação que se situa a contribuição analítica da seletividade estatal para o presente estudo.

3. Metodologia

3.1 Delineamento da pesquisa e abordagem metodológica

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza analítico-interpretativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Essa abordagem mostra-se adequada à investigação das relações entre regulação sanitária, agricultura familiar e atuação estatal, considerando os instrumentos normativos, os registros institucionais e as condições socioprodutivas documentadas no território (Minayo, 2012; Bardin, 1977).

A investigação utiliza a seletividade estatal como categoria analítica e hipótese interpretativa, fundamentada na Abordagem Estratégico-Relacional de Bob Jessop (2008, 2016). Essa perspectiva orienta o exame das possíveis assimetrias entre as exigências regulatórias, as condições socioprodutivas e os recursos institucionais,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

sem pressupor a existência de discriminação intencional por parte dos agentes públicos.

A pesquisa documental possibilita examinar informações registradas em normas, relatórios, instrumentos de planejamento e documentos administrativos, considerando suas finalidades e limites. A análise qualitativa busca compreender as relações entre os conteúdos documentais e o problema investigado, preservando a distinção entre informações explicitamente registradas e inferências produzidas pela interpretação teórica (Minayo, 2012).

3.2 Delimitação territorial e escalas de análise

A pesquisa estabelece o município de Mocajuba como unidade central de análise empírica, situado na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. A delimitação considera a diversidade dos sistemas produtivos de várzea e terra firme e a presença da agricultura familiar nas dinâmicas socioeconômicas locais (Medeiros, 2024; Costa et al., 2022).

As escalas regional e estadual são utilizadas exclusivamente para contextualização socioeconômica e normativa. Nesse âmbito, são examinadas informações relacionadas à arquitetura regulatória da ADEPARÁ e às ações de assistência técnica e extensão rural da EMATER-Pará, conforme os documentos institucionais selecionados (Adepará, 2021; Emater-Pará, 2023).

A articulação entre as escalas permite situar a realidade municipal no contexto das políticas estaduais, sem atribuir automaticamente a Mocajuba informações provenientes de outros municípios. Essa delimitação busca preservar a consistência analítica e reduzir o risco de extrapolações territoriais indevidas (Pires; Gomide, 2024).

3.3 Inventário e organização do corpus documental

O corpus da pesquisa é constituído por 24 documentos institucionais, normativos e estudos acadêmicos selecionados em função de sua relação com o objeto investigado – (Quadro 1). As fontes foram organizadas em quatro eixos: normas sanitárias; relatórios oficiais; diagnósticos técnicos; e literatura acadêmica, permitindo sistematizar os conteúdos relevantes para a análise (BARDIN, 1977).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Quadro 1 – Inventário do Corpus Documental da Pesquisa (24 Fontes)

Identificação da Fonte	Ano	Abrangência	Natureza Documental	Utilização na Pesquisa
1. Decreto Estadual nº 1.380	2015	Estadual (Pará)	Normativa / Legal	Análise do regulamento de produção e comercialização de produtos artesanais comestíveis.
2. Portaria ADEPARÁ nº 5.314	2021	Estadual (Pará)	Normativa / Técnica	Exame do regulamento técnico de infraestrutura e funcionamento de casas de farinha.
3. Portaria ADEPARÁ nº 1.764	2021	Estadual (Pará)	Normativa / Operacional	Análise das exigências de fiscalização do trânsito vegetal e rastreabilidade fitossanitária.
4. Lei Federal nº 11.947	2009	Federal (Brasil)	Normativa / Legislativa	Análise das regras originais de aquisição da agricultura familiar no âmbito do PNAE.
5. Lei Federal nº 15.226	2025	Federal (Brasil)	Normativa / Legislativa	Exame do marco legal que elevou para 45% a cota mínima obrigatória de compras do PNAE.
6. Relatório de Gestão ADEPARÁ 2021	2022	Estadual (Pará)	Administrativa / Institucional	Mapeamento das metas de inspeção, cadastro rural e capacidades burocráticas estaduais.
7. Relatório de Gestão ADEPARÁ 2022	2023	Estadual (Pará)	Administrativa / Institucional	Avaliação da regularização do trânsito vegetal, e-GTV e cadastro de Unidades Produtivas.
8. Relatório de Gestão ADEPARÁ 2023	2024	Estadual (Pará)	Administrativa / Institucional	Levantamento dos estabelecimentos artesanais certificados e metas de defesa sanitária.
9. Relatório de Gestão ADEPARÁ 2025	2026	Estadual (Pará)	Administrativa / Institucional	Exame do desempenho recente da infraestrutura física, SIGEAGRO 2.0 e cobertura sanitária.
10. PROATER Municipal Mocajuba	2022	Municipal (Mocajuba)	Planejamento Institucional	Levantamento do público-alvo de ATER (455 beneficiários), comunidades e força de trabalho.
11. PROATER Estadual EMATER-Pará	2023	Estadual (Pará)	Planejamento Institucional	Análise das diretrizes estaduais de extensão rural pública e adequação sanitária artesanal.
12. PPA 2022-2025 (Lei nº 3.680)	2021	Municipal (Mocajuba)	Orçamentária / Planejamento	Exame do planejamento orçamentário plurianual do setor agrícola e verificação de dotações.
13. LOA 2025 (Lei nº 3.791)	2024	Municipal (Mocajuba)	Orçamentária / Planejamento	Análise das dotações da SEMAGRI e constatação da ausência de rubrica específica para o SIM.
14. Cotação de Preços nº 01371/2023	2023	Municipal (Mocajuba)	Administrativa / PNAE	Análise do planejamento de compras (47 itens, R$ 669,5 mil) e exigências dos editais do FME.
15. Condições higiênico-sanitárias das casas de farinha artesanais no Baixo Tocantins	2026	Mesorregional	Diagnóstico Técnico	Levantamento empírico sobre UPFs de várzea/terra firme, açaí, mandioca e gargalos formais.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

16. Estudo GTV Açaí (Sousa et al.)	2026	Mesorregional (Cametá)	Acadêmica / Empírica	Análise empírica do trânsito vegetal e discrepâncias entre ADEPARÁ (505) e CNEFE/IBGE (2.529).
17. Estudo Impacto GTV (Rocha et al.)	2023	Mesorregional	Acadêmica / Empírica	Avaliação dos custos e obstáculos de conectividade da e-GTV para produtores insulares.
18. Estudo Casas Farinha (Paiva et al.)	2024	Mesorregional	Acadêmica / Empírica	Diagnóstico higiênico-sanitário das casas de farinha artesanais frente à Portaria nº 5.314/2021.
19. Registro Artesanal (G1 Pará)	2023	Municipal (Mocajuba)	Jornalística / Documental	Documentação empírica de ao menos uma casa de farinha registrada pela ADEPARÁ (Sítio Marabá).
20. Mandiocultura (Linhares & Santos)	2014	Mesorregional	Acadêmica / Empírica	Caracterização das práticas tradicionais de manejo e processamento artesanal da mandioca.
21. Mercado e Consumo (Piraux & Cuenin)	2019	Municipal (Mocajuba)	Acadêmica / Empírica	Análise das transformações nas redes alimentares locais e concorrência agroindustrial externa.
22. Tipologia de UPFs (Medeiros)	2024	Mesorregional	Acadêmica / Empírica	Identificação da diversificação socioprodutiva de várzea e estratégias camponesas ribeirinhas.
23. Cooperativismo (Reis et al.)	2015	Mesorregional	Acadêmica / Empírica	Mapeamento da ação coletiva da Associação MUTIRÃO e arranjos solidários no território.
24. Teoria do Estado e Capacidades	2008, 2016, 2024	Geral / Teórica	Acadêmica / Teórica	Fundamentação dos conceitos de seletividade estatal (Jessop) e capacidades públicas (Pires).

Fonte: elaborado pelos autores, 2026.

O primeiro eixo reúne instrumentos normativos relacionados à defesa agropecuária, à inspeção sanitária e às compras públicas, incluindo o Decreto Estadual nº 1.380/2015, a Portaria ADEPARÁ nº 5.314/2021 e as Leis nº 11.947/2009 e nº 15.226/2025. Esses documentos são utilizados para identificar requisitos formais e parâmetros regulatórios aplicáveis ao objeto da pesquisa (Adepará, 2015, 2021; Brasil, 2009, 2025).

O segundo eixo compreende relatórios institucionais e documentos de planejamento relacionados à ADEPARÁ, à EMATER-Pará e à gestão municipal. Incluem-se, nesse conjunto, informações relativas à assistência técnica, às peças orçamentárias e ao planejamento das compras públicas, utilizadas para examinar as condições documentadas de atuação estatal (Emater-Pará, 2022, 2023; Mocajuba, 2021, 2023, 2024).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

O terceiro eixo contempla diagnósticos técnicos e estudos relacionados à produção agropecuária, ao cadastramento de unidades produtivas e às características socioprodutivas do Baixo Tocantins. Essas fontes contribuem para contextualizar as condições territoriais e produtivas, observando-se a distinção entre dados referentes a Mocajuba e informações de âmbito regional (Sousa et al., 2026).

O quarto eixo reúne obras teóricas e estudos acadêmicos relacionados à seletividade estatal, às capacidades públicas, à economia política da Amazônia e às políticas para a agricultura familiar. Essas referências fundamentam a construção das categorias analíticas e a interpretação dos documentos examinados (Jessop, 2008, 2016; Costa, 2012; Pires; Gomide, 2024).

Para assegurar a rastreabilidade documental, as fontes foram consideradas segundo sua natureza, abrangência territorial, período de referência e relação com as dimensões investigadas. A seleção privilegiou documentos normativos, registros institucionais, instrumentos de planejamento, diagnósticos técnicos e estudos acadêmicos que apresentassem informações pertinentes à regulação sanitária, às condições socioprodutivas, às capacidades públicas e aos mercados institucionais. A utilização de cada fonte foi condicionada à sua pertinência para o problema de pesquisa e à possibilidade de identificar sua origem e finalidade documental.

3.4 Procedimentos de análise de conteúdo e codificação temática

O tratamento do corpus documental foi orientado pelos procedimentos da Análise de Conteúdo Categorial, conforme Bardin (1977). A análise compreendeu a leitura inicial das fontes, a identificação de conteúdos pertinentes ao problema de pesquisa, a organização temática e a interpretação dos registros à luz do referencial teórico.

A codificação foi estruturada em quatro categorias analíticas definidas previamente: Regulação Sanitária e Assimetrias Normativas; Capacidades Estatais e Arranjos de Execução; Dinâmicas Socioprodutivas e PNAE; e Manifestações da Seletividade Estatal. Essas categorias permitiram organizar os conteúdos documentais e estabelecer relações entre as prescrições normativas e as condições socioprodutivas identificadas nas fontes.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Operacionalmente, a unidade de análise correspondeu aos trechos, dispositivos normativos, informações administrativas ou registros acadêmicos que apresentavam relação direta com as categorias estabelecidas. Os conteúdos selecionados foram organizados segundo sua origem documental, escala territorial e dimensão analítica, permitindo distinguir prescrições normativas, informações sobre ações planejadas ou registradas e interpretações produzidas pela pesquisa.

A classificação de uma dimensão como documentada pressupôs a identificação de informação diretamente relacionada ao aspecto investigado; a classificação como parcialmente documentada ocorreu quando a fonte apresentava informações relevantes, mas insuficientes para caracterizar integralmente o processo; e a insuficiência documental foi atribuída quando o corpus não permitia avaliar determinada dimensão. Essas classificações possuem caráter qualitativo e interpretativo, não constituindo medidas de desempenho institucional.

A análise comparativa entre os documentos buscou identificar convergências, divergências e lacunas informacionais relacionadas à regulação sanitária, à assistência técnica, aos registros administrativos e às compras públicas. A interpretação foi conduzida considerando os limites de cada fonte e a pertinência de seu conteúdo para a questão investigada (Bardin, 1977; Minayo, 2012).

A articulação entre as categorias analíticas e o referencial de Jessop (2008, 2016) permitiu examinar possíveis manifestações de seletividade estatal. A análise não se fundamentou em uma escala quantitativa, mas na interpretação dos arranjos normativos e institucionais documentados, buscando preservar a relação entre evidência empírica e inferência teórica.

O tratamento do corpus documental seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo Categorial (Bardin, 1977). As etapas compreenderam a leitura flutuante, a exploração do material e a codificação dos dados em matriz temática.

A categorização permitiu relacionar as prescrições legais com as condições materiais das Unidades de Produção Familiar (UPFs). A triangulação das categorias assegurou o alinhamento entre os dados empíricos e a teoria de Bob Jessop (Jessop, 2008; Penna, 2022).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Para ilustrar a operacionalização desse procedimento analítico, apresenta-se no Quadro 2 uma amostra dos dados extraídos do corpus empírico. A estrutura explicita a correspondência entre a fonte documental, a informação codificada, a categoria temática e a respectiva delimitação interpretativa.

Quadro 2 – Exemplo de Codificação Categorial e Tratamento de Evidências Documentais

Fonte Documental	Informação Documentada	Categoria Analítica	Interpretação e Alcance da Evidência
LOA 2025 de Mocajuba (Lei nº 3.791/2024)	Não identificação de rubrica orçamentária específica destinada ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM).	Capacidades Estatais e Arranjos de Implementação	Limite da informação orçamentária disponível no documento analisado, sem comprovação de inexistência física do serviço no município (Mocajuba, 2024).
Relatório PROATER 2023 (EMATER-Pará)	Previsão formal de atendimento continuado a 455 beneficiários em 18 comunidades rurais.	Capacidades Estatais e Arranjos de Aplicação	Indicador de planejamento institucional de cobertura de ATER, sem comprovação de execução integral de todas as metas em campo (Emater-Pará, 2022).
Relatório de Cotação nº 01371/2023 (FME)	Previsão de aquisição de 47 itens alimentícios no valor global de R$ 669.518,30 com exigência de selo sanitário.	Dinâmicas Socioprodutivas e PNAE	Planejamento financeiro para compras da alimentação escolar, sem comprovação de contratação efetiva ou fornecimento pelos agricultores locais (Mocajuba, 2023).

Fonte: Elaborado pelos autores com base no corpus documental da pesquisa (2026).

A aplicação dessa estrutura metodológica (Quadro 2) assegura que as inferências elaboradas ao longo da discussão empírica respeitem rigorosamente o escopo das fontes documentais. Esse procedimento evita a extrapolação indevida dos dados planejados para a execução efetiva em campo.

Os conteúdos que apresentaram divergências, limitações de abrangência ou informações contrárias às interpretações inicialmente formuladas foram considerados na análise, de modo que a interpretação final permanecesse condicionada à consistência, à finalidade e ao alcance de cada fonte. Informações ausentes ou não localizadas foram classificadas como lacunas documentais, sem serem convertidas automaticamente em evidências de falha de cumprimento.

3.5 Limitações metodológicas e cautelas inferenciais

A pesquisa apresenta como delimitação metodológica o uso de fontes bibliográficas e documentais, sem a realização de levantamento quantitativo exaustivo ou entrevistas de campo. Dessa forma, os resultados correspondem às

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

informações identificadas no corpus analisado e não devem ser interpretados como representação integral de todas as unidades produtivas ou relações institucionais existentes em Mocajuba.

As contagens de estabelecimentos registradas pela ADEPARÁ e pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) correspondem a registros administrativos, cujas finalidades e metodologias podem diferir de levantamentos territoriais. Por essa razão, tais informações não são tratadas como estimativas do número total de unidades produtivas existentes no município (Paiva et al., 2024).

As análises referentes ao SIM e à gestão orçamentária municipal estão limitadas às peças de planejamento e orçamento examinadas, especialmente o PPA 2022–2025 e a LOA 2025. A ausência de rubrica específica nos documentos consultados não permite concluir, isoladamente, pela inexistência de ações, recursos indiretos ou iniciativas administrativas relacionadas ao serviço (Mocajuba, 2021, 2024).

Por fim, a seletividade estatal é utilizada como categoria interpretativa, e não como conclusão previamente estabelecida. Sua identificação depende da análise das possíveis assimetrias entre normas, condições socioprodutivas e capacidades institucionais documentadas, não constituindo atribuição de responsabilidade individual ou acusação de discriminação intencional (Jessop, 2016; Pires; Gomide, 2024).

4. Resultados e Discussão

4.1 Perfil socioprodutivo de Mocajuba e o lugar da agricultura familiar

Os sistemas produtivos rurais de Mocajuba apresentam organização associada às características ambientais de várzea e terra firme, articulando atividades agrícolas, agroextrativistas e pesqueiras. A utilização da força de trabalho familiar constitui elemento relevante na organização da produção e na reprodução socioeconômica das unidades produtivas (Medeiros, 2024; Costa et al., 2022).

Nas áreas de várzea e ilhas, a produção envolve atividades como o manejo do açaí, o cultivo do cacau e a pesca artesanal. Essas práticas relacionam-se às condições ambientais e aos modos de vida das populações locais, contribuindo para

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

a composição da renda familiar e para o abastecimento dos mercados locais (Dürr; Costa, 2008; Gaia; Cruz, 2025).

Nas áreas de terra firme e em territórios quilombolas, a mandiocultura ocupa posição relevante, especialmente por meio da produção artesanal de farinha, goma e tucupi. Essa atividade articula-se ao cultivo de pimenta-do-reino e a outras lavouras alimentares, compondo sistemas produtivos diversificados (Linhares; Santos, 2014; Souza et al., 2011).

A diversificação produtiva e a organização coletiva constituem estratégias relevantes para a agricultura familiar. Associações e cooperativas, como a CAEPIM e a Associação MUTIRÃO, são mencionadas na literatura como formas de organização social e econômica que contribuem para a comercialização e para a articulação dos produtores (Reis et al., 2015).

Entretanto, a inserção dos produtos familiares nos mercados formais envolve desafios relacionados à agregação de valor, à organização das cadeias de comercialização e ao atendimento das exigências regulatórias. Estudos sobre o território apontam transformações nos circuitos agroalimentares, reforçando a relevância de examinar as condições institucionais de acesso aos mercados (Piraux; Cuenin, 2019; Dürr, 2014).

Quadro 3 – Exigências sanitárias formais e condições socioprodutivas na agricultura familiar do Baixo Tocantins

Dimensão Regulatória	Prescrição Normativa Formal (Portaria ADEPARÁ nº 5.314/2021; Decreto nº 1.380/2015)	Condições Socioprodutivas Descritas na Literatura (Mocajuba e Baixo Tocantins)
Infraestrutura predial	Edificações alvenadas, pisos e superfícies laváveis, separação física rígida de fluxos.	Instalações artesanais em madeira, semiabertas e integradas ao espaço doméstico (Tavares; Barbosa, 2026; Paiva et al., 2024).
Equipamentos e utensílios	Utensílios em aço inoxidável ou material lavável atóxico e desinfecção padronizada.	Uso de cochos, tipitis, prensas manuais de madeira e fornos abertos tradicionais (Linhares; Santos, 2014).
Abastecimento de água	Água potável corrente em quantidade suficiente, cloração e laudos laboratoriais.	Abastecimento por poços, igarapés e água da chuva, com desafios de tratamento (Paiva et al., 2024).
Proteção e vetores	Telamento total de aberturas e controle químico documentado contra pragas.	Ambientes abertos situados em áreas de várzea e mata, sujeitos à fauna local (Paiva, et al. (2024)
Rastreabilidade e registro	Cadastro formal da Unidade Produtiva, e-GTV, rotulagem e registro sanitário oficial.	Comercialização em feiras locais, redes vicinais e atravessadores informais (SOUSA et al., 2026).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas normas estaduais e na literatura consultada (2026).

O Quadro 3 apresenta uma síntese interpretativa das exigências sanitárias formais e das condições socioprodutivas descritas na literatura. A comparação não corresponde a um levantamento direto de todas as unidades produtivas de Mocajuba, mas constitui um recurso analítico para discutir possíveis tensões entre os parâmetros regulatórios e as características dos empreendimentos familiares.

A comparação apresentada não pressupõe incompatibilidade necessária entre os requisitos sanitários e as práticas produtivas tradicionais. Seu propósito é identificar possíveis pontos de tensão entre os parâmetros técnicos de adequação e as condições materiais descritas pela literatura, considerando que a viabilidade do cumprimento das exigências depende também de orientação, assistência técnica, investimentos e condições de infraestrutura. Dessa forma, as diferenças identificadas constituem elementos para a análise das condições institucionais de regularização, e não evidência autônoma de exclusão dos agricultores familiares.

A análise comparativa sugere que as diferenças entre padrões normativos e condições produtivas podem representar desafios à regularização sanitária. Contudo, tais diferenças não devem ser interpretadas, isoladamente, como comprovação de exclusão institucional, sendo necessário considerar os mecanismos de orientação, adequação e apoio disponíveis aos produtores.

4.2 Regulação sanitária e agroindustrialização da mandioca e do açaí

Os instrumentos normativos estaduais estabelecem requisitos técnicos e sanitários para o registro e o funcionamento de estabelecimentos agroindustriais. O Decreto nº 1.380/2015 e a Portaria ADEPARÁ nº 5.314/2021 constituem referências para a análise das exigências relacionadas à infraestrutura e aos procedimentos de inspeção sanitária (Adepará, 2015, 2021).

A adequação às exigências sanitárias pode envolver investimentos em instalações, abastecimento de água, equipamentos, organização dos fluxos de produção e procedimentos de higiene. Para unidades familiares que realizam processamento artesanal de mandioca e açaí, tais requisitos podem representar

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

desafios financeiros e operacionais, conforme discutido na literatura sobre agricultura familiar e regulação sanitária (Paiva et al., 2024; Canela; Ferreira; Carvalho, 2022).

A documentação analisada registra a concessão de selo artesanal a pelo menos um estabelecimento familiar em Mocajuba, identificado no artigo como "*Casa da Farinha Deliciosa*" (G1 Pará, 2023). Esse registro indica a existência de experiência documentada de regularização no território, mas não permite generalizar sua viabilidade para todos os empreendimentos familiares.

Por sua vez, nos relatórios e registros administrativos efetivamente consultados não foram localizadas informações que permitissem identificar agroindústrias comunitárias de polpas de frutas em situação ativa no município. Essa constatação está limitada aos documentos examinados, não permitindo afirmar a inexistência de empreendimentos dessa natureza ou de atividades de processamento não formalizadas.

A comparação entre as exigências regulatórias e os registros disponíveis aponta para a necessidade de examinar as condições de adequação sanitária dos empreendimentos familiares. A possível manifestação de seletividade estatal deve ser analisada considerando a relação entre os padrões normativos, os custos de adequação e os mecanismos institucionais de apoio, sem atribuir causalidade exclusiva à norma sanitária (Jessop, 2016; Sena; Joele, 2023).

Nesse sentido, a regulação sanitária constitui componente indispensável da proteção da saúde pública, mas sua efetividade territorial depende também das condições de orientação e adequação dos produtores. A análise evidencia a pertinência de investigar a articulação entre fiscalização, assistência técnica e instrumentos de apoio à regularização.

4.3 Cadastramento, trânsito vegetal e rastreabilidade (GTV e e-GTV)

A fiscalização do trânsito vegetal pela ADEPARÁ envolve instrumentos de cadastramento e rastreabilidade, incluindo a Guia de Transporte Vegetal Eletrônica (e-GTV). Conforme os documentos institucionais examinados, a emissão da guia está associada ao cadastramento e ao georreferenciamento das unidades produtivas no sistema SIGEAGRO (ADEPARÁ, 2022, 2025).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

A análise dos registros cadastrais exige distinguir dados administrativos de levantamentos territoriais. Os registros da ADEPARÁ e as informações do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), do IBGE, apresentam finalidades e procedimentos distintos, não sendo diretamente equivalentes para estimar o número total de unidades produtivas existentes (Sousa et al., 2026).

Como contextualização regional, estudos relacionados a Cametá, no Baixo Tocantins, registram 505 unidades produtivas de açaí cadastradas na ADEPARÁ em 2021, enquanto o CNEFE identificou 2.529 endereços rurais associados ao açaí no mesmo território (Sousa et al., 2026). Essa diferença evidencia a natureza distinta dos registros, não constituindo estimativa direta da informalidade em Mocajuba.

A utilização desses dados regionais permite identificar discrepâncias entre contagens administrativas e informações territoriais de natureza distinta. Entretanto, como as unidades de registro, as finalidades cadastrais e os procedimentos de levantamento não são equivalentes, essa comparação não permite estimar diferenças efetivas de cobertura, quantificar unidades produtivas não cadastradas ou determinar níveis de informalidade. Os números referentes a Cametá são utilizados exclusivamente como contextualização regional, não constituindo evidência direta da situação cadastral de Mocajuba.

Nesse sentido, a utilização dos dados regionais possui finalidade contextual e comparativa, permitindo problematizar os desafios de identificação territorial e rastreabilidade das unidades produtivas. A avaliação da situação específica de Mocajuba exigiria registros municipais comparáveis, com identificação das unidades produtivas, período de referência e critérios de cadastramento equivalentes.

As informações documentais relativas às dificuldades de conectividade nas áreas insulares de Mocajuba sugerem que o acesso aos instrumentos digitais pode constituir um desafio operacional para determinadas unidades produtivas (Sousa et al., 2026). Essa condição deve ser interpretada como uma questão a ser considerada na execução das ações de rastreabilidade, sem presumir que todos os produtores enfrentem as mesmas limitações.

A relação entre cadastramento, georreferenciamento e emissão de e-GTV evidencia a importância de considerar as condições territoriais na organização dos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

procedimentos administrativos. A análise sugere a pertinência de examinar mecanismos de orientação e facilitação do acesso aos sistemas, mantendo os objetivos de controle fitossanitário e rastreabilidade.

4.4 Capacidades institucionais, fiscalização, ATER e orçamento municipal

A efetivação da defesa agropecuária depende da articulação entre recursos técnico-administrativos e mecanismos de coordenação institucional. A análise das capacidades estatais permite examinar as condições documentadas de atuação dos órgãos públicos, considerando a fiscalização, a assistência técnica, o planejamento e os recursos disponíveis (PIRES; GOMIDE, 2024).

O escritório da EMATER-Pará em Mocajuba planejou atender 455 beneficiários em 18 comunidades no exercício de 2023, conforme os documentos de planejamento consultados. As ações previstas envolvem atividades de assistência técnica, boas práticas e emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), sendo relevantes para a análise das condições de atendimento aos produtores (Emater-Pará, 2022, 2023).

Os documentos da ADEPARÁ examinados indicam atuação relacionada à fiscalização do trânsito e ao controle fitossanitário. A comparação entre as atribuições institucionais e as ações de assistência técnica permite discutir a importância da articulação entre fiscalização e orientação preventiva, embora o corpus não seja suficiente para mensurar integralmente a frequência ou a efetividade dessa coordenação (Adepará, 2023).

Na análise do PPA 2022–2025 e da LOA 2025 de Mocajuba, não foi identificada rubrica específica destinada ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Essa constatação limita-se às peças orçamentárias examinadas e não permite concluir, isoladamente, pela inexistência de recursos indiretos, ações administrativas ou outras formas de financiamento relacionadas ao serviço (Mocajuba, 2021, 2024).

A ausência de indicação orçamentária específica pode sinalizar uma questão relevante para o exame das capacidades técnico-administrativas locais, sobretudo no que se refere à estruturação dos serviços de inspeção. Entretanto, a avaliação da capacidade institucional exige considerar também outros documentos, como

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

registros de execução orçamentária, atos administrativos e informações sobre pessoal e infraestrutura.

Os dados disponíveis não são conclusivos quanto à adesão de Mocajuba ao SUSAF-PA. Dessa forma, essa questão deve ser apresentada como uma lacuna documental, evitando afirmar a inexistência de adesão ou atribuir responsabilidades individuais aos gestores municipais (Pires; Gomide, 2024).

A análise aponta para a relevância da coordenação entre ADEPARÁ, EMATER-Pará e gestão municipal na execução das ações de defesa agropecuária. Essa articulação pode contribuir para aproximar a fiscalização sanitária das necessidades de orientação e adequação dos produtores, embora sua efetividade dependa de condições institucionais e operacionais que não podem ser integralmente mensuradas pelo corpus documental.

Os documentos examinados permitem reconhecer a importância potencial da articulação entre essas instituições, mas não oferecem elementos suficientes para mensurar a frequência, a intensidade ou a efetividade de mecanismos de cooperação operacional no município. Assim, a necessidade de coordenação é apresentada como implicação analítica e institucional dos resultados, enquanto eventuais limitações concretas de articulação permanecem insuficientemente documentadas pelo corpus.

4.5 Compras públicas e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui um mercado institucional relevante para a agricultura familiar, articulando a aquisição de alimentos e a política de alimentação escolar. A Lei nº 11.947/2009 estabeleceu parâmetros para essa aquisição, posteriormente alterados pela Lei nº 15.226/2025, que elevou para 45% o percentual mínimo de aquisição direta da agricultura familiar, com vigência da alteração do percentual a partir de 1º de janeiro de 2026 (Brasil, 2009, 2025).

A análise das compras públicas de Mocajuba fundamenta-se no Relatório de Cotação de Preços nº 01371/2023, vinculado ao Fundo Municipal de Educação. O documento corresponde a uma etapa de planejamento financeiro das aquisições

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

destinadas à alimentação escolar e apresenta informações sobre os produtos e valores estimados (Mocajuba, 2023).

O relatório contempla 47 itens alimentícios, com valor global planejado de R$ 669.518,30, incluindo produtos como farinha de mandioca, polpas de frutas e hortaliças. Esses dados permitem caracterizar o planejamento das aquisições, mas não comprovam a realização das compras ou a participação efetiva de agricultores familiares locais (Mocajuba, 2023).

O termo de referência analisado estabelece exigências de selo de inspeção sanitária oficial para determinados produtos, entre eles derivados de mandioca e polpas. Tais requisitos evidenciam a relação entre regularização sanitária e participação nos mercados institucionais, podendo representar uma condição relevante para os empreendimentos familiares que pretendem fornecer alimentos ao programa.

Entretanto, a presença de exigências sanitárias no planejamento das compras não comprova, por si só, a exclusão de produtores familiares. A avaliação dessa hipótese demandaria o exame de editais, chamadas públicas, contratos, atas de resultado e registros de execução das aquisições, elementos que não foram integralmente analisados nesta pesquisa (Nunes; Godeiro, 2013).

A distinção entre planejamento e execução é central para a interpretação desses resultados. A cotação de preços permite identificar a dimensão estimada das aquisições e os requisitos previstos para determinados produtos, mas não informa, isoladamente, quais agricultores participaram dos procedimentos, quais propostas foram habilitadas ou quais fornecedores efetivamente realizaram entregas. Por essa razão, a relação entre exigências sanitárias e participação da agricultura familiar é tratada como questão analítica a ser investigada, e não como evidência de exclusão efetivamente ocorrida no município.

Dessa forma, os resultados permitem identificar uma possível tensão entre as condições de regularização sanitária e os requisitos de fornecimento ao PNAE. A interpretação deve permanecer circunscrita ao planejamento documentado, reconhecendo que a efetiva participação dos agricultores depende de outras etapas do processo de aquisição.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

A discussão evidencia a importância de examinar conjuntamente os instrumentos de compra pública, a regulação sanitária e as capacidades institucionais de orientação aos produtores. Essa articulação pode contribuir para compreender as condições de acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais, sem antecipar conclusões sobre exclusão efetiva ou execução das compras.

4.6 Matriz analítica da seletividade estatal e capacidades institucionais

O Quadro 3 apresenta uma matriz analítica interpretativa que articula as evidências documentais de Mocajuba, a contextualização regional e os conceitos de seletividade estatal e capacidades públicas. A matriz constitui um recurso de síntese qualitativa, não correspondendo a uma escala quantitativa ou a um instrumento de mensuração direta da seletividade estatal.

Na dimensão dos padrões sanitários e da infraestrutura, os documentos registram ao menos uma experiência de regularização de estabelecimento familiar, enquanto a literatura descreve desafios relacionados às condições de adequação de unidades produtivas artesanais. Essa relação permite discutir possíveis assimetrias entre os requisitos regulatórios e as condições de produção, sem afirmar que a norma inviabiliza, necessariamente, a regularização (Jessop, 2008; Paiva et al., 2024).

No eixo de cadastramento e trânsito vegetal, a análise evidencia a necessidade de distinguir registros administrativos de informações territoriais. As discrepâncias observadas em dados de Cametá constituem contextualização regional e não devem ser utilizadas como medida direta da cobertura cadastral ou da informalidade em Mocajuba (Sousa et al., 2026).

Quanto às capacidades institucionais e à assistência técnica, os documentos de planejamento da EMATER-Pará indicam previsão de atendimento a beneficiários e comunidades, enquanto as peças orçamentárias municipais examinadas não apresentam rubrica específica para o SIM. Esses registros permitem identificar questões para análise das capacidades públicas, mas não são suficientes para

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

concluir pela inexistência de recursos ou pela desativação integral dos serviços (Emater-Pará, 2023; Mocajuba, 2024).

No eixo do PNAE e dos mercados institucionais, a cotação municipal evidencia a previsão de aquisição de alimentos e a presença de requisitos sanitários em determinados itens. A relação entre tais exigências e a participação dos agricultores familiares constitui hipótese analítica, cuja confirmação dependeria da análise dos procedimentos de compra e dos registros de execução (MOCAJUBA, 2023; BRASIL, 2025).

A articulação das dimensões da matriz permite compreender a seletividade estatal como uma categoria útil para investigar possíveis efeitos diferenciados das estruturas normativas e institucionais. Os resultados apontam para questões relacionadas à adequação sanitária, à cobertura cadastral, à coordenação institucional e ao acesso aos mercados públicos, sem demonstrar uma causalidade única ou exclusiva entre esses elementos.

A análise também evidencia a relevância das capacidades político-relacionais para a coordenação entre órgãos estaduais, municipais e organizações da agricultura familiar. Arranjos de cooperação podem favorecer a orientação e a adequação gradual dos empreendimentos, desde que acompanhados de condições técnicas, administrativas e financeiras compatíveis com as necessidades territoriais (Pires; Gomide, 2024).

Assim, a matriz contribui para organizar os achados documentais e relacioná-los ao referencial teórico, preservando os limites da pesquisa. A seletividade estatal é tratada como interpretação fundamentada nas possíveis assimetrias identificadas, e não como comprovação de discriminação deliberada ou de exclusão efetiva de todos os produtores familiares.

Para evitar a equivalência entre evidência documental e interpretação teórica, a leitura da matriz distingue três planos analíticos. O primeiro reúne informações diretamente relacionadas ao município de Mocajuba e identificadas nas fontes consultadas. O segundo compreende dados regionais e estaduais utilizados exclusivamente para contextualização. O terceiro corresponde às interpretações

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

fundamentadas na Abordagem Estratégico-Relacional e no debate sobre capacidades estatais.

As inferências relativas à seletividade estrutural são formuladas a partir das características dos instrumentos e das condições documentadas de execução, enquanto as interpretações sobre seletividade estratégica permanecem delimitadas às interações e estratégias efetivamente registradas nas fontes.

A aplicação da teoria de Bob Jessop permite interpretar que as tensões identificadas não devem ser atribuídas a um suposto atraso produtivo intrínseco, mas examinadas em relação às estruturas normativas e às condições desiguais de realização das políticas públicas (Jessop, 2008; Costa, 2012).

A superação desse filtro exige a ativação de capacidades político-relacionais do Estado. Arranjos integrados entre ADEPARÁ, EMATER e Prefeitura são fundamentais para promover a adequação sanitária gradual (Pires; Gomide, 2024).

5. Conclusão

A análise documental realizada permitiu examinar as relações entre regulação sanitária, agricultura familiar e capacidades estatais no município de Mocajuba, situado no Baixo Tocantins. A articulação entre a Abordagem Estratégico-Relacional e o debate sobre capacidades públicas contribuiu para interpretar possíveis mecanismos de seletividade estatal associados às exigências normativas e às condições institucionais de sua efetuação.

As evidências analisadas sugerem que a aplicação de padrões regulatórios a sistemas socioprodutivos heterogêneos pode produzir condições diferenciadas de adequação sanitária e participação nos mercados formais. A interpretação desses resultados pela Abordagem Estratégico-Relacional permite compreender que os efeitos das políticas públicas não dependem exclusivamente do conteúdo dos normas, mas também das estruturas institucionais, dos recursos disponíveis e dos arranjos mobilizados em sua concretização.

Nesse sentido, a seletividade estatal constitui uma categoria interpretativa relevante para examinar como essas condições podem favorecer ou restringir

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

determinadas possibilidades de ação dos agricultores familiares, sem que isso implique comprovação de exclusão deliberada ou de efeitos causais.

Os documentos examinados também apontam para a importância da articulação entre fiscalização agropecuária, assistência técnica e planejamento público. Contudo, as informações disponíveis não permitem estabelecer uma relação causal direta entre a ausência de rubrica orçamentária específica, a baixa formalização das unidades produtivas e a participação efetiva dos agricultores familiares no PNAE. Tais relações devem ser compreendidas como mecanismos potencialmente relevantes, cuja confirmação requer investigações complementares sobre execução orçamentária, processos administrativos e experiências concretas dos produtores.

Como contribuição analítica, o estudo evidencia a pertinência de considerar as condições territoriais e institucionais na interpretação dos efeitos da regulação sanitária sobre a agricultura familiar amazônica. Como limitação, destaca-se a natureza documental da pesquisa, que não contempla levantamento de campo exaustivo nem entrevistas com agricultores, fiscais e gestores.

A contribuição do estudo reside, portanto, na articulação entre a análise da regulação sanitária, as condições socioprodutivas da agricultura familiar e as capacidades institucionais de aplicação, utilizando a seletividade estatal como categoria para interpretar possíveis assimetrias nas oportunidades de regularização e participação nos mercados institucionais. Essa abordagem amplia a compreensão da defesa agropecuária como política pública territorializada, cuja efetivação envolve simultaneamente proteção sanitária, capacidade administrativa e condições de inclusão socioprodutiva.

Estudos futuros poderão aprofundar a análise mediante investigação empírica das experiências de regularização, da execução das compras públicas e dos mecanismos de coordenação entre ADEPARÁ, EMATER-Pará, Prefeitura e organizações produtivas locais.

As recomendações decorrentes da análise apontam para a necessidade de avaliar estratégias de adequação sanitária gradual, fortalecimento da assistência técnica e aprimoramento da coordenação institucional. Essas medidas devem

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

conciliar a proteção da saúde pública e a inocuidade dos alimentos com as condições materiais e territoriais da agricultura familiar, sem pressupor a flexibilização indiscriminada dos requisitos sanitários.

Referências

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Decreto Estadual nº 1.380, de 3 de setembro de 2015. ADEPARÁ, 2015.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Portaria nº 5.314, de 3 de setembro de 2021: Regulamento Técnico para Autorização de Funcionamento e Registro de Casas de Farinha de Mandioca no Estado do Pará. ADEPARÁ, 2021.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Relatório de Gestão 2022. ADEPARÁ, 2023, relatório institucional.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Relatório de Gestão 2023. ADEPARÁ, 2024, relatório institucional.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Relatório de Gestão 2025. ADEPARÁ, 2026, relatório institucional.

Bardin, Laurence. Análise de Conteúdo. Translated by Luís Antero Reto and Augusto Pinheiro, Edições 70, 1977.

Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Presidência da República, 2009.

Brasil. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. Diário Oficial da União, 1 Oct. 2025.

CANELA, Suelen Daiana Oliveira; FERREIRA, Eliel Alves; CARVALHO, Rita de Cássia Ribeiro. Agroindústrias familiares: análise do papel atual do Estado no contexto da segurança sanitária dos produtos. Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, v. 26, n. 2, p. 237–246, 2022. DOI: https://doi.org/10.17921/1415-6938.2022v26n2p237-246.

Costa, Francisco de Assis. Elementos de Economia Política da Amazônia: Estrutura, Dinâmica e Sustentabilidade. NAEA/UFPA, 2012.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Costa, Francisco de Assis, et al. Database of a Riverine Economy in Mocajuba, Low Tocantins, Pará, Amazonia, Brazil. Zenodo, 28 Sept. 2022, https://doi.org/10.5281/zenodo.7121336.

Dürr, Jochen. Cadeias Produtivas de Base Agrária e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Baixo Tocantins. Instituto Peabiru, 2014.

Dürr, Jochen, and Francisco de Assis Costa. "Cadeias Produtivas e Dinâmicas de Reprodução Camponesa no Baixo Tocantins." Novos Cadernos NAEA, vol. 11, no. 2, 2008, pp. 53–76.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. Plano Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER Municipal 2023: Escritório Local de Mocajuba. EMATER-Pará, 2022.

Gaia, Shirlene Cardoso, and Benedito Ely Valente da Cruz. "O Cacau de Várzea como Expressão da Sociobiodiversidade Amazônica: A Experiência da Região de Integração do Tocantins, Pará." Desde el Sur, vol. 17, no. 3, 2025, e0047, https://doi.org/10.21142/des-1703-2025-0047.

Grisa, Catia, and Sergio Schneider. "Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil." Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52, suppl. 1, 2014, pp. 125–146, https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007.

Jessop, Bob. State Power: A Strategic-Relational Approach. Polity, 2008.

Jessop, Bob. "The State: Past, Present, Future." Ritsumeikan Higher Education Studies, vols. 7–8, 2016, pp. 73–86.

LINHARES, Anny da Silva; SANTOS, Clarissa Vieira dos. "A casa de farinha é a minha morada": transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do Baixo Tocantins-PA. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, n. 10, 2014. DOI: https://doi.org/10.18542/raf.v0i10.4430

Minayo, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14th ed., Hucitec, 2014.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Mocajuba. Lei nº 3.680, de 30 de novembro de 2021: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mocajuba para o Quadriênio 2022–2025. Prefeitura Municipal de Mocajuba, 2021.

Mocajuba. Fundo Municipal de Educação. Relatório de Cotação de Preços nº 01371/2023: Gêneros Alimentícios da Merenda Escolar (PNAE 2024). Prefeitura Municipal de Mocajuba, 2023, documento institucional.

Mocajuba. Lei nº 3.791, de 16 de dezembro de 2024: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mocajuba para o Exercício Financeiro de 2025. Prefeitura Municipal de Mocajuba, 2024.

Nunes, Emanoel Márcio, and Lucas Lúcio Godeiro. “Impact of Food Acquisition Program in the Sertão-Apodi and Açu-Mossoró Territory from Brazil.” Advances in Management and Applied Economics, vol. 3, no. 6, 2013. Registro bibliográfico.

Paiva, Rafael da Silva, et al. "Condições higiênico-sanitárias em casas produtoras de farinha de mandioca e tapioca: uma análise no Baixo Tocantins." Revista Brasileira de Agroecologia, vol. 19, no. 1, 2024, pp. 1-14.

Piraux, Marc, and Pauline Hélène Cécile Marie Cuenin. “Evolução das Conexões entre Produção e Consumo e Seus Impactos sobre as Dinâmicas de um Território: O Caso de Mocajuba na Amazônia Oriental – PA.” Redes, vol. 24, no. 3, 2019, pp. 101–117, https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14120.

Penna, Camila. “O Agro É Branco? Seletividade Estatal e Desigualdades no Meio Rural.” Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 30, no. 2, 2022, https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_07.

Pires, Roberto Rocha Coelho, and Alexandre de Ávila Gomide. “Governança e Capacidades Estatais: Uma Análise Comparativa de Programas Federais.” Revista de Sociologia e Política, vol. 24, no. 58, 2016, https://doi.org/10.1590/1678-987316245806.

Pires, Roberto Rocha Coelho, and Alexandre de Ávila Gomide. “Arranjos de Implementação e Ativação de Capacidades Estatais para Políticas Públicas: Uma Abordagem Analítica.” Revista de Sociologia e Política, vol. 32, 2024, https://doi.org/10.1590/1678-98732432e022.

Reis, Adebaro Alves dos, et al. "Agricultura familiar e economia solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia paraense." Revista Tecnologia e Sociedade, vol. 11, no. 22, 2015, pp. 120-42.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 11/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/f0ep2k41
Pages: 1-35

Rodrigues, Renato dos Prazeres, and Monique Medeiros. “Atividades Socioprodutivas e Tipologias de Unidades de Produção Familiar de Camponeses-Ribeirinhos em Várzea do Baixo Tocantins.” Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 62, no. 2, 2024, e264420, https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.264420.

Sena, Kássia Rodrigues da Costa, Suely Cristina Gomes de Lima, and Maria Regina Sarkis Peixoto Joele. “Assistência Técnica ao Empreendimento Agroindustrial em Concórdia do Pará-PA: Certificação de Polpa de Frutas como Produto Artesanal.” Revista de Gestão e Secretariado, vol. 14, no. 6, 2023, pp. 9318–9336, https://doi.org/10.7769/gesec.v14i6.2303.

Sousa, Diego Neves de, and Keile Aparecida Beraldo. “Public Food Policies: The Contribution of Government Procurement to the Productive Inclusion of Family Farmers in the State of Tocantins.” Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, vol. 19, no. 1, 2023, pp. 69–84, https://doi.org/10.54399/rbgdr.v19i1.6116

Sousa, Fernando F., et al. "Guia de Transporte Vegetal (GTV) como ferramenta para análise da produção de açaí em Cametá." REMUNOM - Revista Multidisciplinar, vol. 13, no. 18, 2026, pp. 1-24. DOI: https://doi.org/10.66104/etydn898.

Tavares, M. J. L. C., e M. J. S. Barbosa. "Qualidade e segurança da farinha de mandioca no Pará: boas práticas de fabricação, regularização sanitária e desafios da agroindustrialização familiar." Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, vol. 13, no. 21, 2026, pp. 1-28. https://doi.org/10.66104/sb7bh215

CC BY